



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 14 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 11 de março de 2013

AMAZONAS EM TEMPO A Suframa, o Titanic e o avestruz.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO O baú das bondades federais	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Conflito entre aliados cria risco para Dilma nos Estados	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Sul e Sudeste pressionam por mudança no ICMS	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma tenta evitar atraso na adesão da Venezuela.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Arrecadação de ICMS indica retomada	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma discute reforma ministerial com Temer	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Receita com ICMS supera projeções de Estados	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO iPhone: Apple e Gradiente tentam acordo	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Para empresários, MP dos Portos pode criar cartéis	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Kassab: "Maioria do PSD vai apoiar a reeleição de Dilma"	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Mudanças nos ministérios saem até o fim do mês	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Mudança na equipe de Dilma deve atingir só cinco ministérios	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DA MÍDIA PR que tirou Fernando Pimentel do ministério	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO A <u>Suframa</u>, o Titanic e o avestruz		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Alfredo MR Lopes (*)

alfredo.lopes@uol.com.br

Na semana em que a **Suframa** completou 46 anos, o magnata australiano Clive Palmer anunciou ao mundo a construção de uma réplica atualizada do Titanic, o lendário navio irlandês que fez história, filme e fortunas. Um transatlântico da Classe Olympic, construído nos estaleiros da Irlanda, o maior navio de passageiros do mundo, até então, considerado inafundável, até a noite de sua viagem inaugural, entre Inglaterra e Estados Unidos, em abril de 1912. Naquela madrugada, teria atingido um iceberg, que causou um rombo jamais confirmado, e que o levou a pique em menos de três horas, matando mais de 1500 dos seus 2240 passageiros, magnatas e celebridades do mundo dos negócios. Não há acordo entre as hipóteses de atentado ou de acidente, mas havia muita gente e muitos interesses relacionados à tragédia.

Lendas e bilheterias desconcertantes à parte, a festa de aniversário da **Suframa** - de certo ponto de vista, na impressão de muitos dos presentes, pelo regozijo das estatísticas, no contentamento com as previsões e com a vaidade dos acertos que os números adotados sinalizam - fez lembrar o baile glamoroso daquela noite que antecedeu a madrugada fatal. Na descrição épica de James Cameron, o diretor da super**produção** que rendeu US\$ 2 bilhões, é belíssimo o mar calmo, o céu estrelado, a poesia e a folia a se constituírem razões abundantes de espocar espumantes de Champagne, da mais requintada procedência francesa, pra simbolizar a perenidade do fausto, como imaginavam os velhos coronéis de barranco no próspero beiradão amazônico nos anos de folia e pujança do látex.

Não **importa** relatar/confirmar a ocorrência ou não do iceberg a interromper tragicamente a festa imodesta e triunfal do Titanic. No caso da **Suframa**, ele se chama dever de casa e sua postergação sistemática apenas reafirma a iminência da colisão. No final do governo Lula, há dois anos, fomos convidados a passear na floresta à procurar o curupira da

“base ecológica” do modelo **ZFM**, um script desprovido de roteiro mas recheado de intenções de partilhar as vantagens fiscais do modelo com o estado do ministro que responde pela autarquia aniversariante. E pelo projeto político de ocupar a hegemonia eleitoral paulista. Na ocasião, tablets, modems, **monitores** estavam na mira da partilha fiscal com perspectiva político-eleitoral, lembra? Não é porque alguém é paranóico que as outras p essoas vão deixar de perseguir-lo.

Fui aconselhado por um irmão muito querido a reclamar menos e a elogiar um pouco mais os acertos, para motivar o poder público a seguir a trilha das ações proativas. Mesmo entendendo as razões e a estratégia do conselho, e reconhecendo o talento, a obstinação e os avanços da gestão atual, é complicado fazer festa com resultados apressados de um otimismo estéril, que passa, por exemplo, a descrever em real – sem ajustes nem correções - um desempenho que adotava o **dólar** pela simples razão dessa moeda balizar historicamente as transações com o **mercado** de insumos, o forte da **produção** do polo industrial local. Mudar a moeda para destacar números absolutos, sem ajustar valores e atualizar depreciação e inflacionária, em muitos dados, significa recusar as evidências de um esvaziamento em processo, que adota o paradigma avestruz de descrição do real. Cabem elogios a um baile esfuziante, com a adesão obsequiosa de políticos, técnicos, economistas e gestores públicos, estranhamente concordes com a celebração perenal, sem crítica à escassez da infraestrutura de transportes, energia e comunicação? Como engolir a indignação com a promessa continuamente descumprida do modelo de gestão do **Centro de Biotecnologia da Amazônia**, da protelação do marco regulatório e do processo produtivo básico dos demais polos de diversificação e interiorização da economia? Parodiando a canção que embla o confronto do iceberg com o casco do Titanic, "...o amor - assim como a teimosia - pode nos tocar uma vez na vida , e durar para sempre, sem nos deixar, até morrerem". Fazer o que?

(*) Alfredo é filósofo e ensaísta.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO O baú das bondades federais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo deve cortar mais R\$ 18,3 bilhões de tributos, ampliando as desonerações já em vigor e incluindo entre os beneficiários os consumidores da cesta básica e mais alguns setores empresariais. A notícia parece positiva, em princípio, mas por enquanto só foi contada uma parte da história. Cortar impostos pode ser uma ideia muito boa, especialmente num país com uma tributação bem maior que a de outros emergentes e até mais pesada que a de algumas economias desenvolvidas, como a americana, a japonesa, a canadense e a australiana. Mas, para garantir um final feliz, falta saber como fechar as contas. A melhor maneira de resolver o problema é racionalizar os gastos, eliminar desperdícios e aumentar a eficiência do setor público. Nenhuma solução parecida com essa está à vista, no Brasil. A saída prevista, por enquanto, é a redução do superávit primário, isto é, do dinheiro economizado para pagar juros e controlar a dívida oficial. A solução pode até funcionar durante um ano, mas o governo está assumindo compromissos de longo prazo, alguns permanentes, e o conjunto é muito maior que as bondades previstas para 2013.

Todo possível candidato à eleição presidencial de 2014, incluída a presidente Dilma Rousseff, deveria preocupar-se com essa questão, até porque a festa orçamentária depende só em parte do Executivo. Deputados acabam de aprovar em primeiro turno uma proposta de emenda à Constituição para incluir parte dos funcionários estaduais do Amapá e de Roraima na folha de pagamentos da União. Essa facilidade já havia sido concedida a Rondônia por Lei Complementar de 1981 e consolidada por emenda constitucional de 2009. Pela Lei Complementar, a facilidade oferecida ao governo de Rondônia teria acabado em 1991, mas é muito mais fácil abrir do que fechar as torneiras dos benefícios federais.

A festa orçamentária de 2013 pode até ficar mais quente, mas já está bastante animada. Neste ano, as desonerações previstas até agora devem atingir R\$ 70,7 bilhões. O governo tentará abater até R\$ 65,2 bilhões do resultado primário, para compensar as reduções de tributos e alguns aumentos de gastos. Graças à redução dos juros básicos, argumentam alguns economistas, o governo pode baixar sem risco o alvo fiscal. A meta de superávit primário oficialmente em vigor, equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), é apontada como excessiva por esses técnicos.

O argumento é perigoso, porque os juros podem novamente subir e isso afetará o custo da dívida, mesmo se a taxa permanecer abaixo dos níveis de 2011. Além disso, o governo melhorou os números finais do ano passado por intermédio de maquiagem. Por meio da famigerada contabilidade criativa, as autoridades tornaram mais apresentável a situação do Tesouro, mas nenhuma pessoa minimamente informada se deixou enganar. Mas o ponto mais **importante** é outro. O disfarce contábil, mesmo quando funciona por algum tempo, apenas retarda a percepção dos problemas. Em algum momento o País terá de enfrentar a realidade. Então, a solução dos problemas será muito mais penosa.

Falta saber, é preciso insistir, como acomodar, a médio e a longo prazos, as desonerações, o aumento de gastos e os compromissos vinculados aos programas de investimentos. O Executivo promete antecipar receita a quem investir em ferrovias, assumir riscos de várias parcerias e transferir dinheiro a bancos particulares para a infraestrutura. Tudo isso será somado às novas desonerações e àquelas já em vigor. Ao mesmo tempo, o Tesouro continuará capitalizando e alimentando o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Tem-se falado também sobre socorro a distribuidoras de eletricidade, forçadas a trabalhar com a energia mais cara das usinas térmicas.

Boa parte dessas operações elevará a dívida bruta do Tesouro. Parte da dívida líquida será disfarçada com a contabilização de créditos, como até agora, mas só os muito otimistas levam a sério essa contabilidade. Enfim, até agora, tem-se falado muito sobre bondades fiscais. Falta falar seriamente sobre como ajustar o orçamento para receber sem um grande estouro todos esses encargos.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Conflito entre aliados cria risco para Dilma nos Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PT e PMDB planejam lançar candidatos próprios a governador em nove Estados

Tensão entre as duas maiores legendas do bloco governista pode causar embaraços para campanha à reeleição

LUIZA BANDEIRA DE SÃO PAULO

Os dois maiores partidos da coalizão que sustenta o governo da presidente Dilma Rousseff estão em conflito na montagem dos palanques da disputa pelos governos estaduais nas eleições de 2014.

A um ano e meio da disputa, PT e PMDB preveem que estarão em campos opostos em 16 Estados. As duas siglas governistas devem lançar candidatos próprios a governador em nove desses Estados.

A rivalidade poderá criar dificuldades para a campanha de Dilma à reeleição, prejudicando a mobilização das máquinas dos dois partidos a seu favor nesses lugares.

Do ponto de vista do governo, a situação atual é mais preocupante do que a observada em 2010, quando Dilma foi eleita. Naquele ano, PT e PMDB estiveram em campos adversários em 13 Estados.

O PMDB é o principal aliado de Dilma. Além de ser a legenda do vice-presidente Michel Temer, é a sigla que comanda a Câmara e o Senado.

Numa convenção realizada no início do mês, o partido aprovou uma resolução contra a participação de seus integrantes nos palanques de candidatos adversários.

A tensão com o PT é grande no Rio de Janeiro. O senador Lindbergh Farias (PT) anunciou que concorrerá ao governo estadual, mas o PMDB quer o apoio do PT para lançar o atual vice-governador, Luiz Fernando Pezão.

Na Bahia, o ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) quer disputar o governo estadual, mas o governador Jaques Wagner (PT) prefere alguém do PT para a sua sucessão.

Nas eleições de 2010, quando Geddel concorreu contra Wagner, um acordo que previa a participação de Dilma na campanha do peemedebista jamais foi cumprido.

Em Mato Grosso do Sul, onde o PMDB também planeja lançar candidato próprio, o partido considera até mesmo a possibilidade de apoiar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) para presidente, afastando-se da campanha de Dilma.

Líderes das duas siglas ainda acham possível chegar a um acordo em alguns Estados. "Só desisto na última hora. Faremos todas as tentativas para que haja convergência com a chapa nacional", disse o presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO).

"O esforço do PMDB, do PT e dos outros partidos da base é para ter palanque único", afirmou o senador Wellington Dias (PT-PI). "Mas sempre tem caso em que a gente não consegue fazer isso."

PT , PMDB , Geddel Vieira Lima , Clésio Andrade , André Pucconelli , Helder Barbalho , Beto Richa , Sérgio Cabral , Luiz Fernando Pezão , Mendes Ribeiro Filho , Germano Rigotto , Tarso Genro , Lindbergh Farias , Gleisi Hoffmann , Paulo Rocha , Delcídio do Amaral , Fernando **PIM**entel , Jaques Wagner, PSDB, FIESP, Paulo Skaf, ALEXANDRE PADILHA, ALOÍZIO MERCADANTE, JOSÉ EDUARDO CARDOZO

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Sul e Sudeste pressionam por mudança no ICMS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os Estados do Sul e do Sudeste se articulam para promover mudanças nos projetos que o governo enviou à Câmara e ao Senado para levar adiante a unificação das alíquotas interestaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Estão na pauta uma resolução a ser apreciada apenas pelo Senado, que trata da convergência das alíquotas de 12% e 7% para 4% em 12 anos, uma medida provisória (número 599, de 2012) que cria os fundos de compensação e de **desenvolvimento regional**, e um projeto de lei complementar que altera o indexador das dívidas de Estados e municípios com a União - passa do Índice Geral de Preços (IGP-DI) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

O primeiro sinal dessa articulação é o volume de emendas apresentadas à MP 599. Das 218 proposições, mais de 150 foram apresentadas por deputados e senadores dos Estados do Sul e Sudeste, que respondem por mais de 70% da arrecadação nacional desse imposto. E na pauta estão as principais reivindicações do bloco, como a redução no prazo de convergência, de 12 anos (pelo projeto apresentado pelo governo) para oito anos, e uma avaliação mais criteriosa da convalidação dos benefícios.

De acordo com o secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, há "toda uma estratégia" para poder encaminhar o trâmite das propostas e tentar proteger os interesses desses Estados.

Segundo Haully, a proposta original do **Ministério** da Fazenda para a reforma do **ICMS** era boa, mas, no fim, o governo parece ter cedido aos Estados de Norte, Nordeste e Centro-Oeste e apresentou uma proposta com prazos e outros pontos diferentes dos previamente discutidos no Confaz.

Segundo o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), a ideia é mesmo fazer uma pressão nas comissões e no parlamento, para levar o Executivo a discutir esses pontos. "Há essa disposição de mobilização entre Sul e Sudeste", disse.

Outro ponto questionado pelas emendas do bloco é o tratamento diferenciado dado à **Zona Franca** de **Manaus**,

que manterá a alíquota de 12%, assim como as operações de gás natural do Mato Grosso do Sul.

Mais uma reivindicação comum do grupo é o aumento do fundo de compensação. Pelas emendas, o montante máximo que tal fundo disporia anualmente para compensar as perdas com a transição de tarifas teria de subir de R\$ 8 bilhões para R\$ 12 bilhões.

Ainda de acordo com Haully, os Estados do Sul e do Sudeste estão descontentes com outra proposição do projeto de lei, que é a mudança no quórum do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para aprovação da remissão (perdão) e convalidação dos benefícios já concedidos.

Pela proposta, a necessidade de unanimidade das decisões deixaria de existir por um ano, para que essa etapa fosse levada adiante.

A negociação das propostas em conjunto interessa aos Estados dessas regiões porque, se depender apenas da resolução do Senado, as chances de uma vitória política são pequenas, já que, nessa Casa, essas bancadas são minoritárias. A MP e o projeto de lei complementar são aprovadas primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) - onde está tramitando o projeto de resolução e também está em discussão a mudança dos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) -, Lindbergh Farias (PT-RJ), decidiu designar um senador para acompanhar a tramitação, na Câmara, do projeto de lei complementar.

A ordem dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN) é acelerar a discussão da reforma do **ICMS** e do FPE em março.

Nesta semana estão previstas audiências públicas no Senado com técnicos, secretários de Fazenda e representantes do **Ministério** da Fazenda. E no dia 13 está agendada uma reunião entre os governadores e os presidentes das duas Casas. A pauta é a mudança no FPE, mas será inevitável a discussão dos outros itens da questão federativa.

Segundo o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de resolução unificando o **ICMS**, o governo gostaria que o "pacote todo" de questões federativas que estão em tramitação - reforma do **ICMS**, negociação das dívidas e FPE - fosse aprovado até o fim do primeiro semestre.

"Essa pauta do **ICMS**, do FPE e da negociação da dívida dos Estados é a pauta econômica mais **importante** do governo Dilma. Portanto, acho que a federação brasileira precisa fazer um esforço grande pelo entendimento. Resolver essas questões será um grande avanço para os Estados, para a federação e para o **Governo Federal**", disse.

Junto com a discussão do fim da guerra fiscal, os governadores de todos os Estados querem tratar de reduzir o limite de comprometimento da receita líquida de 15% para 9%.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA), que é relator da MP que trata dos fundos de compensação - e condiciona o auxílio financeiro à aprovação da resolução do Senado, cujos termos estão reproduzidos no texto da MP -, acha difícil fazer uma negociação conjunta de todas as propostas relativas ao pacto federativo. Pinheiro afirma também que as bancadas de todos os Estados - e não apenas as das regiões Sul e Sudeste - estão se movimentando para defender seus interesses nessa discussão dos projetos que mudam a relação entre os entes federados.

"Todo mundo tem sua própria reivindicação. É muito cedo para dizer quais pontos estão sujeitos a mudanças. Até porque tem 400 propostas. A tendência natural é que [as negociações] se afunilem na questão do prazo do **ICMS** e dos fundos de compensação", afirma Pinheiro.

O petista pretende negociar com cada Estado ou, pelo menos, com blocos de Estados por região para ir "ajustando o

interesse de um ao interesse de outro e ver como equalizar uma proposta que atenda aos 27 Estados". Ele diz que a tarefa é difícil, mas acha possível chegar a um ponto de equilíbrio.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita numa negociação que envolva todas as questões do pacto federativo. "Um diálogo federativo no conjunto não pode ser evitado", afirma. Citando a derrubada dos vetos da presidente Dilma Rousseff à mudança na distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo, que levará a uma grande perda de receita principalmente para o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, Braga diz que essas unidades têm o "legítimo direito" de reivindicar a defesa dos seus recursos. Ele afirma que não há negociações em curso para que os dois Estados, os maiores confrontantes com áreas petrolíferas no mar, sejam compensados. Mas, como senador da República - e não como líder do governo -, acha que seria justo, por exemplo, que os Estados produtores fiquem com 4% do **ICMS** do petróleo. A adoção dessa regra exigiria mudança no texto constitucional, pelo qual o **ICMS** do petróleo é cobrado no Estado de destino.

Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), deixar parte do **ICMS** do petróleo no Estado de origem seria "a correção de uma injusta", mas rejeita a possibilidade de esse assunto ser discutido como compensação pelas perdas dos royalties. "Não podemos tirar o foco dos royalties. Temos que brigar por eles."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma tenta evitar atraso na adesão da Venezuela		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mercosul Governo vê entrada de país no bloco como sendo estratégica

Fernando Exman

O governo brasileiro acompanha de perto os desdobramentos políticos resultantes da morte do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez não apenas para eventualmente apoiar o país vizinho nos esforços para garantir a estabilidade e tranquilidade necessárias à realização de novas eleições democráticas. A atenção das autoridades brasileiras está voltada aos sinais dos agentes políticos venezuelanos em relação à efetiva inclusão da Venezuela no Mercosul, medida considerada pelo governo Dilma Rousseff estratégica para as empresas nacionais que operam no país vizinho.

Depois que o Paraguai foi suspenso do Mercosul devido ao processo de impeachment que tirou o ex-presidente Fernando Lugo do poder, o ingresso da Venezuela no Mercosul foi formalizado em meados do ano passado. Era o Legislativo paraguaio justamente quem impedia a entrada da Venezuela no bloco. Desde então, Brasil, Uruguai e Argentina negociam um cronograma para que a adesão do país vizinho ao bloco se dê de forma efetiva.

Estão em discussão normas e nomenclaturas comuns, a Tarifa Externa Comum (TEC) e contribuições financeiras da Venezuela às instituições do Mercosul. As conversas avançaram mais rápido do que o previsto inicialmente, relatam diplomatas brasileiros. No entanto, o Brasil esperava que já no início deste ano a Venezuela adotasse algumas dessas medidas de forma concreta.

Esse foi um dos assuntos tratados pelas autoridades brasileiras que desembarcaram na quinta-feira em Caracas a fim de participar do velório de Chávez, cuja morte foi anunciada na terça-feira e deu fim à luta do líder venezuelano contra um câncer. A missão foi liderada pela presidente Dilma Rousseff, que foi acompanhada por políticos de esquerda e pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A comitiva brasileira inicialmente pernoitaria na capital venezuelana, mas ficou apenas poucas horas na cidade.

Na avaliação do governo brasileiro, a adesão da Venezuela ao Mercosul garante a segurança institucional necessária às empresas brasileiras que atuam na Venezuela. Diplomatas lembram que a Venezuela é o país que dá ao Brasil o segundo maior superávit comercial do país, depois apenas da China. A conta desconsidera a Holanda, pois o porto de Roterdã é a porta de entrada dos produtos brasileiros para diversos países da Europa.

Em 2012, o Brasil obteve um superávit de US\$ 4,05 bilhões nas relações comerciais com a Venezuela. A cifra é resultado de US\$ 5,06 bilhões em exportações e US\$ 996,8 milhões em importações. Os embarques para a Venezuela cresceram 10,11% em relação ao ano anterior, enquanto que as compras brasileiras de produtos do país vizinho caíram 21,29% no mesmo período. Os produtos que o Brasil mais exportou no ano passado para a Venezuela foram carne, bois vivos, açúcar, frango, máquinas, autopeças e tratores. Já Venezuela vende ao Brasil principalmente nafta para a indústria petroquímica e coque de petróleo.

Outra avaliação feita pelo governo brasileiro é de que o vice Nicolás Maduro, que assumiu a presidência após a morte de Chávez, é o favorito para vencer as eleições que devem ser organizadas nos próximos dias. Ex-chanceler, Maduro é visto no Itamaraty como um interlocutor confiável e foi um dos responsáveis pelas negociações que levaram a Venezuela ao Mercosul.

No entanto, o governo brasileiro não deve se pronunciar oficialmente sobre a eleição presidencial e o processo político que levou Maduro ao exercício da presidência venezuelana. Algumas interpretações da Constituição venezuelana diziam que a presidência interina caberia ao presidente da Assembleia Nacional e não ao vice-presidente, no caso de ausência absoluta do presidente eleito.

Chávez foi reeleito, mas não chegou a tomar posse devido ao tratamento de saúde que realizou em grande parte em Cuba. Mesmo assim, definiu-se que Maduro, seu vice, seria responsável pela continuidade do governo reeleito, exerceria a presidência de forma interina e convocaria novas eleições em 30 dias. Para o governo Dilma, essa é uma discussão que cabe às instituições venezuelanas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Arrecadação de <u>ICMS</u> indica retomada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por De São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e do Recife

Os Estados já sentem o início da recuperação da economia na arrecadação de fevereiro, que reflete os tributos das operações em janeiro. São Paulo teve crescimento real de 4,5% nas receitas com o ICMS em relação ao mesmo mês de 2012. O resultado foi mais vigoroso em Minas Gerais, com alta de 11,9%, de 8,6% em Pernambuco e 22,4% no Rio Grande do Sul, embora o desempenho esteja inflado por uma baixa base de comparação.

Receita com ICMS supera projeções de Estados

Por De São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e do Recife

Os Estados já sentem o início da recuperação da atividade econômica na arrecadação de fevereiro, mês em que se recolhe os tributos das operações de janeiro. Em alguns deles houve elevação de recolhimento acima da expectativa. Mesmo assim, há cautela nas projeções para o ano. São Paulo registrou em fevereiro crescimento real de 4,5% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao mesmo mês de 2012, superando o que o Estado esperava para o mês. Em Pernambuco, o desempenho do imposto também superou a expectativa, com aumento real de 8,6%.

Em Minas, a alta foi de 11,9%. No Rio Grande do Sul, uma base baixa de comparação, devido à inadimplência em fevereiro de 2012, contribuiu para a elevação de 22,4%. Na Bahia, o crescimento do ICMS no primeiro bimestre foi de 12%. Em alguns Estados, porém, como Santa Catarina e Espírito Santo, houve impacto negativo da Resolução 13, que reduziu o ICMS interestadual de importados para acabar com a guerra dos portos.

Em São Paulo, a arrecadação do ICMS somou em fevereiro R\$ 8,7 bilhões. O resultado do mês, segundo André Luis Grotti Clemente, assessor de política tributária da Secretaria da Fazenda, reflete a aceleração de atividade, com recuperação de recolhimento pelo comércio varejista e atacadista, além da indústria.

O desempenho de fevereiro compensou o resultado negativo de janeiro em São Paulo. No primeiro mês do ano, a arrecadação de ICMS caiu 1,8% em termos reais e ficou 2,2% abaixo da previsão. O recolhimento de fevereiro ficou 1,9% acima da previsão para o mês e fez a arrecadação acumulada nos dois primeiros meses crescer 1,2% em termos reais ante igual período de 2012.

A arrecadação também superou expectativas em Pernambuco e no Paraná. A Fazenda pernambucana registrou R\$ 921 milhões em ICMS em fevereiro, com crescimento nominal de 15,5% ante o mesmo mês de 2012. O governo esperava alta em torno de 8%. De acordo com o secretário estadual de Fazenda, Paulo Câmara, o segmento de combustíveis puxou a arrecadação no mês, com salto de 30% em relação a igual período de 2012.

O avanço da arrecadação no mês passado, porém, ainda não foi suficiente para o governo pernambucano rever a meta para 2013 - 8,5% de crescimento em relação ao exercício anterior. "Ainda estamos com o pé no chão. Houve uma melhora dos indicadores, mas é preciso que se confirme. Por enquanto, vamos manter uma meta menos arrojada", afirmou Câmara.

No Paraná, o desempenho do ICMS contribuiu para a arrecadação total ficar "ligeiramente acima do previsto", segundo o secretário estadual da Fazenda, Luiz Carlos Hauly. O recolhimento de tributos teve alta nominal no bimestre de 16,2% na comparação com igual período do ano passado.

Impulsionada pela indústria, a arrecadação gaúcha de ICMS cresceu 10,8% pelo IPCA no primeiro bimestre, na comparação com igual período de 2012. A alta foi mais acentuada em fevereiro, quando a arrecadação atingiu R\$ 1,8 bilhão e teve elevação real de 22,4%, informou o secretário da Fazenda do Estado, Odir Tonollier.

A maior preocupação do secretário gaúcho é com a redução das tarifas da energia elétrica, que terá o primeiro impacto "cheio" sobre as receitas em março. Segundo Tonollier, o que contribuiu para o crescimento no bimestre foi a base de comparação mais baixa no mesmo período de 2012.

No ano passado, a estatal Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) deixou de recolher o **ICMS** no primeiro trimestre por dificuldades de caixa e regularizou a situação somente em abril. Mesmo retirando essa distorção da conta, porém, há alta de arrecadação em fevereiro. Sem o "efeito CEEE", a arrecadação do Rio Grande do Sul teria apresentado queda real de 0,9% em janeiro, alta de 18,8% em fevereiro e crescimento de 7,6% no acumulado do bimestre.

Em Minas Gerais, a arrecadação do **ICMS** em fevereiro somou R\$ 2,7 bilhões, 19% (11,9% reais) maior que a do mesmo mês de 2012. O **ICMS** representa 70% da receita tributária do Estado. Para o secretário estadual adjunto da Fazenda, Pedro Meneghetti, o avanço sinaliza para uma recuperação da economia, embora, diz ele, seja muito cedo para prever, com base nesses dados, o desempenho da economia do Estado este ano.

Mineração, com a recuperação de preços do minério de ferro, além dos setores de siderurgia e bebidas foram os que puxaram a arrecadação de **ICMS** de Minas. O destaque negativo foi setor de veículos. A arrecadação do **ICMS** no

primeiro bimestre teve avanço um pouco menor, de 15% nominais. Somados todos os tributos, a alta no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, foi de 13%. Minas prevê fechar o ano com arrecadação do **ICMS** de R\$ 35 bilhões, 11% maior do que os R\$ 31,5 bilhões de 2012.

O secretário da Fazenda da Bahia, Luiz Alberto Petitinga, também acredita que é cedo para mudar a previsão de crescimento de receita de 6% em termos reais para o ano. Não há expectativa de que o crescimento de 12% no primeiro bimestre, com atualização pelo IGPM, se mantenha. Como acontece no Rio Grande do Sul, a redução da tarifa de energia elétrica deve trazer impacto negativo para a arrecadação baiana, ao mesmo tempo em que o nível de recuperação da economia para o ano ainda traz incerteza. O **ICMS** sobre energia elétrica representa 10% da arrecadação total do imposto no Estado. (Marta Watanabe, Sérgio Ruck Bueno, Murillo Camarotto, Marcos de Moura e Souza e Marli Lima)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma discute reforma ministerial com Temer		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Bruno Peres | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff deve avançar nas mudanças no primeiro escalão do governo aguardadas desde o rearranjo político resultante das eleições municipais, depois de uma agenda intensa de conversas com lideranças aliadas.

A expectativa é que amanhã Dilma discuta a cota do PMDB na reforma ministerial, em encontro com o vice-presidente, Michel Temer.

O cenário proposto pelo PMDB - e que o partido considera mais provável de anuência da presidente - contempla ampliação de espaço na Esplanada dos **Ministérios**. O atual secretário de Assuntos Estratégicos (SAE), Wellington Moreira Franco, iria para a Secretaria de Aviação Civil (SAC), pasta em evidência com a realização de grandes eventos no país e de concessões de aeroportos.

Moreira Franco seria substituído por Mendes Ribeiro, que cederia a Agricultura para o presidente do PMDB mineiro e deputado federal Antônio Andrade.

O PMDB abriu mão de candidatura própria em Belo Horizonte para apoiar Patrus Ananias, do PT, derrotada pelo atual prefeito Márcio Lacerda, do PSB, em um dos embates mais emblemáticos entre os dois partidos. Em tratamento de saúde, Mendes Ribeiro, por sua vez, seria menos demandado na SAE, avaliam interlocutores do partido.

O PMDB foi avisado da inviabilidade de entregar o **Ministério** da Ciência e Tecnologia ao deputado Gabriel

Chalita (PMDB-SP), após vir à tona uma série de acusações referentes à época em que o pemedebista integrou a gestão tucana de Geraldo Alckmin (2003-2006).

Chalita era dado como certo para o lugar do atual ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, em razão do apoio à candidatura do prefeito eleito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), no segundo turno.

Entre as várias discussões na reforma ministerial, a pasta dos Transportes, também alvo do PMDB, poderia voltar ao PR com um outro nome do partido, que não vê o ministro Paulo Sérgio Passos como uma indicação política da legenda.

Um nome cotado era o do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). Dilma, entretanto, foi alertada de que o deputado poderia se fortalecer e por em risco as pretensões do PT em Minas. Além disso, há a cobrança do PR para manter a Pasta.

Com a aprovação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa pelo Congresso, Dilma poderá finalmente abrir espaço para o PSD e formalizar sua adesão ao governo. O nome mais cotado é o do vice-governador paulista, Guilherme Afif Domingos.

É ainda considerada incerta a permanência de Brizola Neto (PDT) à frente do **Ministério** do Trabalho.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Receita com <u>ICMS</u> supera projeções de Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por De São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e do Recife

Os Estados já sentem o início da recuperação da atividade econômica na arrecadação de fevereiro, mês em que se recolhe os tributos das operações de janeiro. Em alguns deles houve elevação de recolhimento acima da expectativa. Mesmo assim, há cautela nas projeções para o ano. São Paulo registrou em fevereiro crescimento real de 4,5% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao mesmo mês de 2012, superando o que o Estado esperava para o mês. Em Pernambuco, o desempenho do imposto também superou a expectativa, com aumento real de 8,6%.

Em Minas, a alta foi de 11,9%. No Rio Grande do Sul, uma base baixa de comparação, devido à inadimplência em fevereiro de 2012, contribuiu para a elevação de 22,4%. Na Bahia, o crescimento do ICMS no primeiro bimestre foi de 12%. Em alguns Estados, porém, como Santa Catarina e Espírito Santo, houve impacto negativo da Resolução 13, que reduziu o ICMS interestadual de importados para acabar com a guerra dos portos.

Em São Paulo, a arrecadação do ICMS somou em fevereiro R\$ 8,7 bilhões. O resultado do mês, segundo André Luis Grotti Clemente, assessor de política tributária da Secretaria da Fazenda, reflete a aceleração de atividade, com recuperação de recolhimento pelo comércio varejista e atacadista, além da indústria.

O desempenho de fevereiro compensou o resultado negativo de janeiro em São Paulo. No primeiro mês do ano, a arrecadação de ICMS caiu 1,8% em termos reais e ficou 2,2% abaixo da previsão. O recolhimento de fevereiro ficou 1,9% acima da previsão para o mês e fez a arrecadação acumulada nos dois primeiros meses crescer 1,2% em termos reais ante igual período de 2012.

A arrecadação também superou expectativas em Pernambuco e no Paraná. A Fazenda pernambucana registrou R\$ 921 milhões em ICMS em fevereiro, com crescimento nominal de 15,5% ante o mesmo mês de 2012. O governo esperava alta em torno de 8%. De acordo com o secretário estadual de Fazenda, Paulo Câmara, o segmento de

combustíveis puxou a arrecadação no mês, com salto de 30% em relação a igual período de 2012.

O avanço da arrecadação no mês passado, porém, ainda não foi suficiente para o governo pernambucano rever a meta para 2013 - 8,5% de crescimento em relação ao exercício anterior. "Ainda estamos com o pé no chão. Houve uma melhora dos indicadores, mas é preciso que se confirme. Por enquanto, vamos manter uma meta menos arrojada", afirmou Câmara.

No Paraná, o desempenho do ICMS contribuiu para a arrecadação total ficar "ligeiramente acima do previsto", segundo o secretário estadual da Fazenda, Luiz Carlos Hauly. O recolhimento de tributos teve alta nominal no bimestre de 16,2% na comparação com igual período do ano passado.

Impulsionada pela indústria, a arrecadação gaúcha de ICMS cresceu 10,8% pelo IPCA no primeiro bimestre, na comparação com igual período de 2012. A alta foi mais acentuada em fevereiro, quando a arrecadação atingiu R\$ 1,8 bilhão e teve elevação real de 22,4%, informou o secretário da Fazenda do Estado, Odir Tonollier.

A maior preocupação do secretário gaúcho é com a redução das tarifas da energia elétrica, que terá o primeiro impacto "cheio" sobre as receitas em março. Segundo Tonollier, o que contribuiu para o crescimento no bimestre foi a base de comparação mais baixa no mesmo período de 2012.

No ano passado, a estatal Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) deixou de recolher o ICMS no primeiro trimestre por dificuldades de caixa e regularizou a situação somente em abril. Mesmo retirando essa distorção da conta, porém, há alta de arrecadação em fevereiro. Sem o "efeito CEEE", a arrecadação do Rio Grande do Sul teria apresentado queda real de 0,9% em janeiro, alta de 18,8% em fevereiro e crescimento de 7,6% no acumulado do bimestre.

Em Minas Gerais, a arrecadação do ICMS em fevereiro somou R\$ 2,7 bilhões, 19% (11,9% reais) maior que a do mesmo mês de 2012. O ICMS representa 70% da receita tributária do Estado. Para o secretário estadual adjunto da Fazenda, Pedro Meneghetti, o avanço sinaliza para uma recuperação da economia, embora, diz ele, seja muito cedo

para prever, com base nesses dados, o desempenho da economia do Estado este ano.

Mineração, com a recuperação de preços do minério de ferro, além dos setores de siderurgia e bebidas foram os que puxaram a arrecadação de **ICMS** de Minas. O destaque negativo foi setor de veículos. A arrecadação do **ICMS** no primeiro bimestre teve avanço um pouco menor, de 15% nominais. Somados todos os tributos, a alta no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, foi de 13%. Minas prevê fechar o ano com arrecadação do **ICMS** de R\$ 35 bilhões, 11% maior do que os R\$ 31,5 bilhões de 2012.

O secretário da Fazenda da Bahia, Luiz Alberto Petitinga, também acredita que é cedo para mudar a

previsão de crescimento de receita de 6% em termos reais para o ano. Não há expectativa de que o crescimento de 12% no primeiro bimestre, com atualização pelo IGPM, se mantenha. Como acontece no Rio Grande do Sul, a redução da tarifa de energia elétrica deve trazer impacto negativo para a arrecadação baiana, ao mesmo tempo em que o nível de recuperação da economia para o ano ainda traz incerteza. O **ICMS** sobre energia elétrica representa 10% da arrecadação total do imposto no Estado. (Marta Watanabe, Sérgio Ruck Bueno, Murillo Camarotto, Marcos de Moura e Souza e Marli Lima)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO iPhone: Apple e Gradiente tentam acordo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A IBG Eletrônica (ex-Gradiente) e a americana Apple decidiram suspender uma ação judicial em torno da disputa pela marca "iphone". O pedido de trégua foi protocolado pelas duas companhias no fim de fevereiro no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Em 2000, a empresa brasileira havia registrado a marca "gradiente iphone" no Instituto Nacional de Propriedade (INPI). Em 2007, a Apple tentou fazer o registro no país, sem sucesso. E, em dezembro de 2012 a IGB lançou seu aparelho no mercado. Foi aí que as duas companhias partiram para a justiça.

De acordo com uma fonte envolvida nas negociações, a questão deve ser resolvida extra judicialmente até o fim deste mês. Ou seja, a Apple deve pagar uma quantia, ainda em discussão, à IGB.

- Tudo será resolvido amigavelmente. As duas empresas estão analisando o valor que a Apple deve pagar pela marca - disse essa fonte.

Procuradas, as duas companhias não se pronunciaram.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Para empresários, MP dos Portos pode criar cartéis		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Setor avalia que nova lei não reduzirá custos e teme que estrangeiros inibam concorrência

BRASÍLIA. Um grupo de empresários de peso do setor portuário está preocupados com os efeitos da MP 595 e levará ao Palácio do Planalto, esta semana, um alerta. Na avaliação desses empresários, a nova lei não diminuirá o custo do transporte e ainda pode criar um cartel no país. Representantes de portos públicos e privados, de terminais de contêineres, da indústria de base e de operadores portuários alertarão sobre a possibilidade de as pouquíssimas empresas internacionais de frete tornarem-se donas de portos no Brasil e se juntarem para quebrar concorrentes.

O ministro dos Portos, Leônidas Cristino, já foi informado do problema. O grupo pretende agora levar essa preocupação à ministra da Casa Civil, Gleisi Roffman. Hoje, o mercado de "armadores" (que fazem frete marítimo no mundo inteiro) é formado por poucas empresas sediadas em paraísos fiscais. Segundo fontes, essas empresas, além de fazerem venda casada do frete com o serviço do porto, cobram mais do cliente do que deveriam. Uma resolução da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), de fevereiro de 2012, diz que a taxa que deve ser paga ao porto tem de ser cobrada pelo armador a título de ressarcimento.

setor diz que não foi consultado

O medo é que essas empresas entrem no Brasil e construam seus próprios portos. Pois, se isso ocorrer, poderiam

estipular o preço, fazer dumping e quebrar concorrentes. Depois, controlariam os preços dos fretes, encarecendo o custo desses serviços. Os empresários querem que a MP 595 proíba armadores internacionais de comprar portos e que a Antaq fiscalize o repasse do dinheiro das taxas portuárias aos portos.

Segundo fontes, na preparação do texto da MP dos Portos, o Palácio do Planalto não ouviu os segmentos envolvidos. Inicialmente foram chamadas 20 pessoas para discutir o assunto, mas o rumo das discussões foi afetado pela Operação Porto Seguro da Polícia Federal, no fim de novembro, porque o ex-diretor da Antaq Paulo Vieira foi acusado de venda de pareceres relacionados à exploração portuária. Depois disso, a presidente Dilma Rousseff ordenou o esvaziamento do grupo, que passou a contar com meia dúzia de pessoas do alto escalão. O setor deixou de ser consultado sobre o texto.

No dia 5 de dezembro, véspera da publicação da MP 595 no Diário Oficial da União (DOU), a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, teve acesso ao texto e o enviou para a área jurídica de sua pasta. Os técnicos identificaram 54 falhas gerais e 35 específicas no conteúdo e elaboraram um relatório com perguntas e sugestões de ajustes, que foi ignorado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Os técnicos da Secretaria de Portos, dizem fontes do governo, só tiveram conhecimento de particularidades do texto final ao lê-lo no DOU.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Kassab: “Maioria do PSD vai apoiar a reeleição de Dilma”		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em entrevista exclusiva ao Brasil ECONÔMICO, o ex-prefeito de São Paulo garante que seu partido deve engrossar a base aliada e confirma que está decidindo se concorrerá ao governo do estado em 2014

“A grande maioria do PSD vai querer apoiar a reeleição da presidente Dilma”

ENTREVISTA GILBERTO KASSAB Presidente nacional do PSD

Nessa entrevista exclusiva ao Brasil ECONÔMICO, o ex-prefeito de São Paulo reconhece que seu partido vai desembarcar na base aliada do Palácio do Planalto e diz que pode concorrer ao governo paulista em 2014

Desde que deixou o comando da prefeitura de São Paulo, Gilberto Kassab tem dedicado seu tempo quase que exclusivamente ao PSD. Além de contar com a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados, o partido criado por ele passou com louvor no teste das urnas no passado. Elegeu 497 prefeitos, 4.600 vereadores e firmou-se como protagonista do tabuleiro político que começa a se formar para as eleições do ano que vem. Como presidente nacional do PSD, o ex-prefeito está negociando sem pressa os termos do desembarque da legenda na base governista e no projeto de reeleição da presidente Dilma Rousseff. Quando levado ao tema, Kassab escolhe cuidadosamente as palavras e faz questão de deixar no ar uma interrogação. “Me parece que a grande maioria (do partido) vai querer apoiar a reeleição da presidente Dilma.

Mas vamos ver se esse sentimento será confirmado.” O mesmo cuidado ele mantém quando questionado sobre a complexa negociação sobre o espaço que o PSD tem no governo. Apesar de defender arduamente a criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa, o ex-prefeito não reclama publicamente a pasta para seu partido. “Não é esse ou aquele eventual convite que vai validar nossa decisão para 2014. A relação com o governo é de independência.” Dividido entre Brasília e São Paulo, Gilberto Kassab também está preparando o terreno para se viabilizar politicamente como candidato em 2014. O primeiro e mais provável cenário é que ele dispute o Palácio dos Bandeirantes e tente quebrar

a polarização histórica entre PSDB e PT no estado. Outras possibilidades, porém, não estão descartadas.

O fato é que em 2014 pela primeira vez o ex-prefeito estará 100% livre para desenhar seu próprio destino sem antes consultar o homem que lhe colocou em primeiro plano da política: José Serra. Desde que assumiu a vice-prefeitura de São Paulo na gestão do tucano, Kassab sempre se manteve leal e honrou a confiança recebida pelo ex-governador e ex-presidenciável. “Continuo admirando o Serra como pessoa, gestor, político e amigo, mas como presidente nacional de um partido a minha decisão (de apoiá-lo em uma eventual candidatura) será a do coletivo.” Atualmente, a relação do PSD com o governo paulista é fria. Principal formulador teórico da legenda e primeiro padrinho político de Kassab, o vice-governador Guilherme Afif Domingos perdeu espaço no Palácio dos Bandeirantes e está em compasso de espera para assumir um lugar na Esplanada dos Ministérios.

Isso significa que em 2014 a legenda dificilmente marchará junto com Geraldo Alckmin, que tentará a reeleição. Apesar da maioria de seus quadros ter vindo de partidos como o DEM, que fazem oposição ao lulismo e têm tradição conservadora, o PSD orbita na maioria dos estados na área de influência petista. Depois de dizer que o partido não era “de direita, de esquerda, nem de centro”, o ex-prefeito mudou o discurso e hoje diz sem pestanejar: “Somos de centro”. Nessa entrevista exclusiva ao Brasil ECONÔMICO, Gilberto Kassab também fala sobre conturbada relação com Fernando Haddad e faz um balanço do legado que deixou para a cidade.

André Pires e Pedro Venceslau

Apontam dois rumos para o PSD na reforma ministerial, a Secretaria de Pequenas e Micro Empresas e a Aviação Civil. O que existe de verdade?

A relação com o governo é de independência. Todos sabem que somos um partido novo, temos diversos quadros de diversas frentes. O que vai prevalecer para nós consolidarmos nossa posição em 2014 é a consulta junto aos diretórios estaduais, que envolvem os deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores e militantes. Nós iniciamos esta consulta

em três estados, vamos dar sequência e a corrente majoritária vai ser aquela que o partido vai seguir.

Já existem correntes divergentes dentro do PSD?

Em qualquer partido você tem o direito da manifestação. Quando você tem uma decisão, você vai ter aqueles que acham que o caminho é para um lado, outros acham que é para o outro, mas a corrente majoritária que prevalece. Como em qualquer partido. Não existe pensamento único em nenhum partido.

Mas não existem tendências como dentro do PT, PSDB...

Me parece que a grande maioria vai querer o apoio à reeleição da presidente Dilma, vamos aguardar para ver se este sentimento vai ser confirmado.

Existiu alguma consulta do governo sobre o senhor ocupar um Ministério ou nunca existiu?

A relação com a presidente Dilma é a melhor possível, ela sabe que qualquer convite que seja feito a alguém do partido é honroso. Mas não é este convite ou a eventual ocupação do cargo que vai validar nossa decisão para 2014. Eu quero estar habilitado para disputar a eleição de 2014. Para isso, eu não poderia aceitar, se for convidado, porque eu estaria inabilitado. Não tem lógica eu assumir um cargo e dez meses depois deixá-lo.

Então pretende disputar o governo de São Paulo?

Eu disse que quero estar habilitado. A recomendação para todos os estados é que se faça um esforço muito grande para ter uma candidatura para governador, isso é **importante** para consolidar o partido. A recomendação se estende a São Paulo.

Mas o senhor ainda não tem claro se vai ser o candidato?

A tendência é ter o candidato a governador. Tendo a candidatura, existe um movimento. Tenho sido procurado por lideranças do partido para que a gente possa apresentar nosso nome na convenção. Eu, se esta for a vontade do partido, não tenho porque recusar essa missão. Seria muito honroso ser candidato e mais ainda ser governador.

O senhor acredita que esta eleição para governador vai ser com muitos candidatos ou mais polarizada entre PT e PSDB?

Toda eleição é difícil em São Paulo. Nos últimos anos essa polarização tem acontecido menos. Na última eleição de

prefeito faltando duas semanas tinham quatro candidatos com 15%. Eu acho que, em relação à candidatura para o governo, vamos ter um quadro semelhante, independente dos candidatos.

Caso seja contemplado com o **Ministério**, o senhor acredita que Guilherme Afif possa ocupar os dois cargos, como vice-governador e ministro?

Uma manifestação agora seria inadequada. Primeiro porque não existe convite. O que posso dizer é que compreendo que qualquer governante, que conheça o Afif, queira tê-lo pela sua seriedade e experiência de gestor. Vamos aguardar.

Qual sua opinião sobre a criação do Ministério?

Eu defendo a criação, é corretíssima. É uma aspiração muito antiga daqueles que acreditam que a economia brasileira pode ter um salto muito grande no seu crescimento se o governo criar melhores condições para o micro e pequeno empreendedor. E nada mais adequado que uma estrutura vinculada a esta ação como esta secretaria.

O que pode ser feito para os micros e pequenos empresários crescerem?

Políticas públicas de incentivo no campo territorial para ter um espaço especial para o micro trabalhar seu crescimento. Um incentivo no campo financeiro, com créditos à disposição. Medidas de desburocratização e que possam coibir aqueles que trabalham com carga roubada e pirata, que mata o empreendedor. Existe uma série.

O senhor sempre foi leal ao José Serra. Se ele decidir ser candidato pelo PSDB ou por outro partido, vai apoiá-lo ou não tem mais compromisso?

Não é questão de compromisso. Continuo admirando o Serra, como pessoa, como gestor, como político, como amigo. Mas na qualidade de presidente nacional de um partido, a minha decisão será a decisão do partido.

Ainda existe espaço para o Serra em eleição majoritária?

Espaço significa espaço partidário. Pelo que percebo o PSDB está caminhando para outra candidatura, que é o Aécio Neves.

O senhor acredita que a disputa presidencial desde já é prejudicial, ou faz parte?

É natural em qualquer democracia. O Haddad acabou de se eleger prefeito e todos sabem que o PT está

trabalhando sua reeleição. É um candidato natural. Até porque, se ele não for candidato à reeleição, é porque ele próprio ou o seu partido vai entender que ele não está indo bem. A Dilma, quando se elegeu, é evidente que ela e o PT já trabalhavam sua reeleição. O partido político sempre pensa eleitoralmente, a gestão não.

Como avalia a relação com Fernando Haddad. É uma relação de tapas e beijos?

Em uma eleição, o governo atual mostra o que fez e os adversários mostram o que não foi feito. Uma cidade como São Paulo é uma cidade que ainda não está pronta. É uma tarefa para muitos e muitos anos, para muitos e muitos prefeitos. No final da gestão do Haddad ele vai mostrar o que fez e os adversários vão mostrar o que não fez. As críticas nunca são pessoais. Estou vendo o governo Haddad falar das 79 obras dos pontos de alagamento. Quem fez este projeto foi a minha gestão.

Mas ele reconhece isso?

Não é questão de reconhecimento, é um fato. Foi feito, não precisa de reconhecimento. Eles poderiam dar ou não sequência aos projetos. E pelo visto vão dar. Se não tivéssemos feito os projetos, eles iam demorar quatro anos para fazer o projeto.

Seu partido é novo e temos agora a Marina Silva criando mais um partido. Tem espaço?

Enquanto for criado eu acho que tem. Caberá à sociedade se manifestar nas urnas. Lá saberemos se existe identidade ou não. O PSD passou na prova das urnas. Agora a Marina está criando o partido dela. Eu assinei a ficha de apoio, pois qualquer cidadão pode assinar. O que precisa é tomar cuidado para que não exista por parte de grupos estruturados vinculados a qualquer instituição uma possibilidade de criar partidos com outros objetivos que não sejam ajudar o país.

O que é um grupo deste ou um partido de verdade?

O PSD é um partido de verdade. Mas, por exemplo, temos o PEN, que é novo e nebuloso...

Qual o desempenho na eleição?

Nenhum. Mas eles estão aí, com tempo de televisão... Eu acho que isso precisa ser repensado, mas é papel do Congresso Nacional discutir.

Qual a sua opinião?

Não tem sentido, qualquer que sejam os números de segundos. Não tem cabimento para um partido destes, a justiça eleitoral disponibilizar um tempo.

O senhor defende então uma reforma política? E que tipo?

Eu defendo o voto distrital, o fim da coligação nas proporcionais, para podermos ter cada vez mais partidos voltando suas intenções para dentro. e não para fora.

Acredita que sairá do papel?

Enquanto não tivermos a questão discutida, vai ser muito difícil consolidar os partidos.

O PSD fez parte do governo Alckmin, mas hoje tem só o vice-governador. Está independente?

Não é independente, nós apoiamos o governo, queremos que ele se saia bem, que faça uma boa gestão, foi nosso candidato. Participar ou não do governo não significa não apoiar.

Como o senhor avalia o governo atual do Alckmin?

O estado de São Paulo tem muitos desafios, parte deles estão sendo superados e parte deles ainda não. Vamos aguardar o encerramento do governo para fazer uma avaliação profunda.

Por ser do PT, o Haddad terá mais facilidade para negociar a dívida do município?

A questão já vinha sendo discutida por nós com o **Governo Federal**, que leva muito a sério. Agora ele vai dar continuidade, é um problema muito **importante** para São Paulo. Não diria nem para a gestão do Haddad, mas para a cidade. Se o **Governo Federal** recebe com uma mão, dá com a outra, senão quebra São Paulo. Daqui alguns anos a dívida vai ser impagável.

Haddad relaxou o projeto cidade limpa?

O prefeito Haddad durante sua campanha garantiu que manteria o projeto da cidade limpa. É uma responsabilidade muito grande. Se ele não mantiver ao final da gestão será cobrado.

E a inspeção veicular?

É uma questão resolvida. Ele defende a inspeção, mas acha que os recursos têm que vir do Tesouro. Eu acho diferente, mas é uma decisão política. O **importante** é que ele defenda a inspeção veicular, e mais, defenda sua ampliação para todo o estado, o que é correto.

Quanto é o impacto para o Tesouro?

Em linhas gerais na ordem de R\$ 150 milhões por ano.

Compromete a conta pública?

Não é que compromete, acho justo que proprietários de carros paguem. Você tem carro?

Não!

Então, você vai pagar pela inspeção veicular no modelo do Haddad. Eu não acho justo.

E a questão do aumento da passagem de ônibus. São Paulo adiou a pedido da União. A prefeitura vai ter prejuízo?

Todos querem o melhor para o Brasil e a questão da inflação é muito séria. Ela custou muito para o desenvolvimento do Brasil, e, felizmente, nós conseguimos debelar a inflação. Então eu acho correta essa solidariedade. Tudo que a prefeitura puder fazer para colaborar é importante que faça, vai haver o reconhecimento federal no futuro.

No início do ano tivemos chuvas e vários alagamentos. Fotos mostram que é um cenário que se repete...

Não repete. Eu discordo. É importante que cada governo faça sua parte. O Haddad não vai conseguir resolver o problema de alagamento e enchentes. O importante é fazer a sua parte.

É um trabalho de décadas?

Depende do volume de recursos. É uma questão de engenharia, você não pode colocar todos os recursos nas enchentes. E a saúde? E a educação? Precisa usar o máximo dos recursos e com eficiência.

Em oito anos na prefeitura, não dava para ter avançado mais no Plano Diretor?

Avançamos bastante. Avançar bastante significa também no campo social. Na humanidade não tivemos tantas mudanças na área da saúde como na nossa gestão. Milhares de leitos, centenas de equipamentos e dezenas de programas. Melhoras na educação. Isso é plano diretor, é planejamento. Pudemos avançar bastante e é um orgulho.

Como o senhor e o Serra encontraram o caixa da prefeitura e como deixou?

Não quero polemizar, mas é uma diferença gritante. A situação financeira é pública. Não é porque tinha o caixa

para os projetos pré-definidos que a situação não é preocupante. São Paulo não tem recursos para investimentos, o custeio da cidade é muito caro. Os recursos para dívida estão se consumindo. Temos que rediscutir isso. A cidade de São Paulo vive uma situação financeira crítica.

O senhor deu uma declaração, que foi muito criticada, de que o PSD não seria um partido nem de direita, esquerda ou centro. Depois a Marina Silva...

A minha frase foi um pouco diferente da frase da Marina e desta. O que eu disse, nos primeiros dias do partido, que naquele momento eu não poderia dizer se seria de direita, centro ou esquerda, porque o partido estava nascendo. Passados alguns meses, o partido começou a se posicionar e somos um partido de centro. Cada um sabe o que quer, e nós somos centro porque queremos ser centro.

O que é ser partido de centro?

É um partido que está ligado a conceitos importantes do liberalismo, que procura fortalecer a economia de mercado, liberdades individuais e a defesa intransigente dos direitos da imprensa, mas que também procura direcionar condições para que o estado atue com bastante força e investimentos na saúde, educação, segurança e justiça.

Por que ceder um terreno da prefeitura ao Instituto Lula?

Existem centenas de convênios da Prefeitura com instituições. Menosprezar o instituto, que tem à frente uma pessoa que foi presidente do país por oito anos e que tem sua história ligada a São Paulo, é você não saber entender a história do Brasil.

E o Instituto Fernando Henrique, não usa?

Não, mas ele utiliza a verba da Lei Rouanet. É justo, o Fernando Henrique tem sua participação na história do Brasil, como o Lula. São coisas que precisam ser colocadas com clareza, não tenho problema nenhum em aplaudir coisas corretas independente de questão partidária.

Quem deixou um legado maior, Lula ou Fernando Henrique?

Cada um deixou o seu. O Fernando Henrique no campo econômico e o Lula no social. E a presidente Dilma tem trabalhado muito para preservar estas duas conquistas.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA
	TÍTULO Mudanças nos <u>Ministérios</u> saem até o fim do mês	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Reforma será moderada e haverá novos titulares nas pastas dos Transportes e da Agricultura

Reforma ministerial prevista para ocorrer até abril deve ser moderada

Dilma pretende aguardar saída espontânea de ministros que vão se candidatar na próxima eleição

Edla Lula, de Brasília

A presidente Dilma Rousseff agirá com moderação na reforma ministerial, a ser anunciada no final de março ou início de abril, como disse uma fonte ligada ao governo. A alteração ficará restrita aos Ministérios da Agricultura, Transporte e, para alguns, do Trabalho e de Ciência, Tecnologia e Inovação, além da nova Secretaria da Micro e Pequena Empresa, recém-criada. A análise que se faz é que o ano de 2013 é vital para o governo aprovar diversas medidas que tramitam no Congresso Nacional, consideradas imprescindíveis para a retomada do crescimento econômico.

A presidente vai aguardar o fim do ano ou início de 2014, quando alguns ministros sairão espontaneamente para se candidatar em seus estados, para fazer novo rearranjo. No caso da Agricultura, a troca é motivada pela saúde do atual ministro Mendes Ribeiro, que trata um câncer. Segundo uma forte liderança do PMDB, o cargo permanecerá com partido.

Os nomes mais cotados são Antônio Andrade, presidente do partido em Minas Gerais, e Leonardo Quintão, também mineiro. O PMDB mineiro reivindica uma pasta porque abriu mão da candidatura à prefeitura de Belo Horizonte para apoiar o candidato do PT, Patrus Ananias. Na Esplanada há rumores de que a pasta possa ser ocupada pela senadora Kátia Abreu, do PSD, criado no ano passado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e que já é a 3ª maior bancada na Câmara. Neste caso, o PMDB ficaria com um outro Ministério. Tanto a senadora quanto Kassab desconversam, dizem que não foram sondados sobre o assunto pelo governo.

Embora Kassab também negue que Dilma o tenha procurado para tratar do assunto, políticos e analistas em Brasília têm como certo que o vicegovernador de São Paulo, Afif Domingos, será o ministro da Secretaria da Micro e

Pequena Empresa. “Além de pertencer ao PSD, é um empresário que conhece bem os assuntos relacionados à pasta”, comentou o cientista político David Fleischer, professor emérito da UnB, e professor visitante da Universidade de Washington. “A presidente vai ter que acomodar o PSD.

O partido ganhou proporções que ela não pode desconsiderar”, comentou o cientista. O próprio Kassab chegou a ser cotado para ocupar um Ministério, mas em entrevista ao Brasil ECONÔMICO, descartou esta possibilidade (leia mais na página 4). “Eu quero estar habilitado para disputar a eleição de 2014. Para isso, eu não poderia aceitar, se for convidado, porque eu estaria inabilitado. Não tem lógica assumir um cargo e 10 meses depois deixá-lo”, afirmou o ex-prefeito, após dizer que a relação do partido com a presidente é a melhor possível, e que será uma honra para qualquer outra pessoa do PSD ocupar cargos no governo.

No caso da Ciência, Tecnologia e Inovação, não é tão certo que haverá mudança. Embora por muito tempo a saída de Marco Antônio Raupp fosse dada como certa, nos últimos meses o ministro vem trabalhando uma agenda positiva, que agrada a presidente, como o programa de apoio de apoio à inovação nas empresas, que envolve mais de R\$ 30 bilhões, a ser anunciado nos próximos dias. Raupp conhece a fundo o programa. Segundo fontes, a presidente está entusiasmada com a atuação do ministro e não gostaria de tira-lo. Tanto as fontes do governo quanto analistas veem como pouco provável que o PSB deixe de apoiar o governo no momento. “O governador Eduardo Campos ainda vai percorrer o país para ver se emplaca como candidato a presidente. Não deve abandonar o governo antes de ter certeza”, comentou Fleischer.

O governo, por sua vez, não pode abrir mão do apoio do partido para aprovação das matérias que tramitam no Congresso. “A presidente não vai mexer nos Ministérios do PSB porque é um partido importante e ela precisa de apoio para aprovar a MP dos Portos”, disse a fonte. A secretaria de Portos está na carga do PSB, como também o Ministério da Integração. No caso dos Transportes, cobijado também pelo PMDB, a presidente Dilma deve desistir de convidar Blairo Maggi, do PR. Quanto à saída do ministro do Trabalho, Brizola Neto, do PDT, as fontes acreditam que ele fica. “Os

rumores sobre a saída dele foram mais barulho do Lupi”, disse
uma delas, referindo-se ao ex-ministro do Trabalho e

presidente do partido Carlos Lupi.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Mudança na equipe de Dilma deve atingir só cinco <u>Ministérios</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

NATUZA NERY

DE BRASÍLIA

A reforma no primeiro escalão do governo deverá atingir cinco Ministérios e contemplar quatro partidos: PMDB, PSD, PDT e PR. A presidente Dilma Rousseff planeja fazer o anúncio nesta semana, mantendo intocada a equipe econômica.

A lógica da movimentação é ampliar a força gravitacional de Dilma sobre partidos aliados, tentando evitar que sejam atraídos ou pela oposição ou pelo PSB do governador Eduardo Campos (PE), virtual candidato ao Palácio do Planalto em 2014.

Conforme o desenho atual, serão alvo de mudanças as pastas do Trabalho, Aviação Civil, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Agricultura e Micro e Pequena Empresa. Provavelmente será a penúltima mexida na configuração da Esplanada antes das eleições de 2014.

Editoria de Arte/Folhapress

Quem entra e quem sai - As mudanças que a presidente deve fazer em seu Ministério

A última se dará entre fevereiro e março do ano que vem, quando desembarcarão ministros interessados em disputar o comando de Estados. Há dois petistas se preparando para sair na próxima ocasião: Gleisi Hoffmann (Casa Civil), do Paraná, e Fernando PIMental (Desenvolvimento), provável candidato em Minas Gerais.

O Ministério da Ciência e Tecnologia deverá ficar de fora, segundo a presidente Dilma tem indicado em conversas recentes.

Após assumir o controle da Câmara e do Senado, o PMDB ganhará a Aviação Civil. A vaga é ocupada por Wagner Bittencourt, um funcionário de carreira do BNDES,

que deve ser substituído pelo peemedebista Moreira Franco, atualmente ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O partido quer tirar Mendes Ribeiro (PMDB-RS) da Agricultura. Propôs a Dilma locá-lo na secretaria ocupada por Moreira Franco. A cúpula da sigla argumenta que, numa área menos atribulada, Mendes teria tranquilidade para se recuperar de um tratamento contra um câncer.

Mas o ministro não pensa assim e resiste em deixar o cargo. O deputado Antônio Andrade (PMDB-MG) é o mais cotado para substituí-lo no Ministério da Agricultura.

No Ministério do Trabalho, a mudança deve restabelecer o controle do ex-ministro Carlos Lupi, o presidente do PDT. Lupi deixou a pasta sob suspeita de cometer irregularidades e passou os últimos meses flertando com o PSDB do senador Aécio Neves (MG) e o PSB de Eduardo Campos.

O partido ameaçava romper com o governo Dilma se o Planalto insistisse em manter no cargo o pedetista Brizola Neto, desafeto de Lupi.

Neto assumiu o posto no ano passado, mas não conseguiu apoio da ala majoritária da legenda para seguir na pasta. O indicado para o lugar de Brizola é o secretário-geral do PDT, Manoel Dias.

O PSD de Gilberto Kassab, hoje uma das principais forças no Legislativo, ganhará o Ministério da Micro e Pequena Empresa. A presidente pretende nomear o vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. Nos bastidores, o partido diz que gostaria de conquistar mais um gabinete na Esplanada.

Dilma tem tido dificuldades para encontrar um lugar para o PR. O partido, expurgado do Ministério dos Transportes após escândalos de corrupção, pode ficar com o comando de uma estatal, em caráter temporário.

	VEÍCULO JORNAL DA MÍDIA	EDITORIA	
	TÍTULO PR que tirar Fernando Pimentel do <u>Ministério</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CLÁUDIO HUMBERTO

Em negociação para voltar à base e apoiar a presidenta Dilma em 2014, o PR propôs ao Planalto substituir o petista Fernando Pimentel no **Ministério** do **Desenvolvimento** Industrial e **Comércio** Exterior. O partido alega que a aliança é **importante** ao próprio Pimentel, cotado para disputar o governo de Minas, já que é a segunda maior bancada mineira e tem quase três minutos de tempo de TV no horário eleitoral.

Xadrez político – Político de confiança de Dilma, Pimentel iria para a Casa Civil em lugar de Gleisi Hoffmann, que é candidata ao governo do Paraná.

Prejuízo eleitoral – O PT calculou que o prejuízo eleitoral de Dilma, se não obtiver apoio do PR em 2014, será principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. (Coluna de Cláudio Humberto)